



CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

Filiado ao Conselho Internacional de Enfermeiros - Genebra

RESOLUÇÃO COFEN Nº. 310/2007

Altera redação do item 23 do Manual de Procedimentos Administrativos para Registro e Inscrição dos Profissionais de Enfermagem.

O Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso de sua competência estabelecida pelo art. 2º, c.c. a Resolução COFEN-242/2000, em seu art. 13, incisos IV, V, XV, XVII e XLIX;

CONSIDERANDO o teor do acórdão nº 2147/2006 do TCU, de 14/11/2006; proferido nos autos do processo TC – 011.584/2005-7;

CONSIDERANDO o relatório do grupo de estudo sobre os critérios de confecção de cédulas de identidade profissional do Sistema COFEN/CORENs;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em sua 344ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 15 e 16 de novembro de 2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a redação do Manual de Procedimentos Administrativos para Registro e Inscrição dos Profissionais de Enfermagem que, no item 23, das disposições gerais, passa a ter o seguinte teor:

- (...)
- a) Papel filigrana, marca d'água com 94 a 110 grm/2, nacional e fio metálico, contendo cápsula de segurança;
 - b) (...)
 - c) Papel contendo fundo invisível, reagente à luz ultravioleta;

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

- d) Deverá, no fundo invisível reagente à luz ultravioleta, estar inserida e expressão “**COFEN/CORENs**” com tinta reagente a hipocloreto de sódio e à luz ultravioleta, nas diversas cores, conforme o tipo de cédula;
- e) (...)
- f) (...)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro 2007.


Dulce Dirclair Huf Bais
COREN-MS nº 10.244
Presidente


Carmem de Almeida da Silva
COREN-SP nº. 2.254
Primeira Secretária

.../sog

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2007

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN

RONALDO MURRAY
Sec. Exec. Pres.

MEMO ASS. ADMINISTRATIVA - Nº 015 / 2007

Para: Presidência
De : Controladoria Geral (M.Sauer)

Assunto: Adequação das características dos modelos de carteiras e cédulas de identidade para efeito de adaptação às exigências legais.

Para que as especificações de nossos modelos de carteiras e cédulas de identidade cumpram as exigências legais e em função do acórdão nº 2147/2006 do TCU de 14/11/06 a nós dirigido, solicitamos que sejam efetuadas as seguintes modificações no item 23 das Disposições Gerais da Resolução COFEN nº 291/2004, para que possamos, por um lado, atender à questão do “não direcionamento” e, por outro corrigir falha de especificação existente em sua redação:

1) No item “a” das referidas especificações a redação faz menção ao termo “highlight”, patente exclusiva de determinado fornecedor. Somos pela sua retirada, o que possibilitará o acolhimento por parte das demais empresas fabricantes de documentos de segurança. Assim a redação do item deverá ser alterada de ...”contendo cápsula de segurança “highlight” para”contendo cápsula de segurança.”

2) No item “c” e “d” a resolução faz menção a “fibras invisíveis” quando a redação correta seria “fundo invisível”, de acordo com o modelo que sempre foi utilizado e atualmente existente. Assim a redação correta seria:

No item “c” : ao invés de “...papel contendo fibras invisíveis...” deverá se colocar “...papel contendo fundo invisível”

No item “d” : ao invés de “...deverá, nas fibras invisíveis reagentes à luz...” deverá se colocar “...deverá, no fundo invisível reagente à luz...”

Solicitamos assim suas providências, lembrando da urgência necessária para que possamos liberar o pregão presencial para a confecção das cédulas e carteiras suficientes para a demanda dos COREN's durante o 1º semestre de 2007.





TC-017.916/2006-4
Natureza: Representação
Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Interessada: Sociedade Comunitária de Habitação Popular Nova Jaguaratama/CE

TC-020.352/2006-0
Natureza: Representação
Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Responsável: Eudoro Walter de Santana (CPF: 001.522.423-68)
Interessado: Rômulo Moreira de Deus - Corregedor Regional Eleitoral do Ceará

TC-028.541/2006-3
Natureza: Representação
Unidade: Prefeitura municipal de Bom Sucesso de Itararé/SP
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

TC-017.382/2006-7
Natureza: Representação
Unidade: Ministério Público da União
Interessado: Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado

TC-017.616/2006-8
Natureza: Representação
Unidade: Prefeitura Municipal de Bezerros/PE
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

PROCESSOS UNITÁRIOS

Classe I - RECURSOS

- Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC-003.719/2002-0 (com 01 anexo)
Natureza: Recurso de Reconsideração
Unidade: Depósito Naval de Natal
Recorrente: Francisco Simões Maciel (CPF: 671.028.917-68)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-002.837/2004-6
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Município de Blumenau/SC
Recorrente: Décio Nery de Lima (CPF: 388.582.409-44)
Advogado constituído nos autos: Ronei Danielli (OAB/SC 10.706)

TC - 008.092/2003-3
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre
Interessado: José Valmir da Silva Cruz (CPF 194.189.142-04)
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe II - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

- Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC-019.147/2003-1 (com 02 volumes)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais - ABEDEV
Responsável: espólio de Amílton Garai da Silva (ex-Presidente da ABEDEV)
Advogado constituído nos autos: Valter de Oliveira (OAB/MS 2.357)

TC nº 019.965/2003-3 (com 5 volumes)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Responsáveis: Habra Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ nº 36.755.379/0001-97) e Ricardo Pinho Ribeiro (CPF nº 863.357.406-30)
Advogados constituídos nos autos: Eduardo de Barros Pereira (OAB/DF nº 13.529) e Sérgio Palomares (OAB/DF nº 12.526)

TC-003.898/2005-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de São José do Barreiro/SP
Responsáveis: José Ferreira do Prado (CPF: 163.018.208-78) e Nelson Ribeiro Mendes (CPF: 225.845.878-15)
Advogado constituído nos autos: Lindolfo Antunes Freire (OAB/SP 55.135)

TC-020.350/2003-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Caixa Econômica Federal - CAIXA
Responsáveis: Sílvio Roberto Sá Leitão (CPF nº 500.218.507-04), Edson Fernandes de Souza (CPF nº 869.905.004-68), José Berardo Carneiro da Cunha (018.180.824-20) e Delba Maria Berardo Carneiro da Cunha (279.450.908-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC nº 008.459/2004-9
Natureza: Prestação de Contas.
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE.
Responsáveis: Alberto Aciole Bomfim (CPF: 102.441.405-10); Jose Aelmo Gomes dos Santos (CPF: 103.357.655-72); Sandra Cruz Santos Bezerra (CPF: 516.634.655-68); Manoel Alves Lima (CPF:

269.037.505-25); Edilson Santos de Santana (CPF: 575.724.025-34); Murilo Barbosa Santos (CPF: 311.448.375-53); Elidulce Almeida de Souza (CPF: 040.872.592-34); Luiz Alberto Alves Santos (CPF: 417.228.685-20); Ismael Rezende Souza (CPF: 609.187.135-87); Anelise Alves Monteiro (CPF: 256.190.125-49); Rubenval Francisco de Jesus Feitosa (CPF: 103.350.725-34); Jose Franco de Azevedo (CPF: 273.521.615-20); Gilmar Messias Santos (CPF: 388.798.755-15); Josiberg Trindade Costa (CPF: 626.938.595-49); Sandra Lucia Alves Matias (CPF: 532.034.704-97); Adailton Alvares Carvalho (CPF: 343.621.345-49); Antonio Fernando dos Santos (CPF: 077.706.855-91); Gilton das Mercês Santos (CPF: 149.950.345-87); Valdomarques Siqueira (CPF: 345.370.825-34); Edilson Ribeiro (CPF: 087.970.725-91); Jose Gomes dos Santos Filho (CPF: 067.592.465-00)

Advogado constituído nos autos: não há

TC - 010.507/2003-7
Natureza: Prestação de Contas
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira-AM
Responsáveis: Francisco Soares de Araújo (CPF 032.586.883-20), José Maria Pinheiro Gomes (CPF 077.891.812-20).
Advogado constituído nos autos: João Evangelista Luiz da Costa (OAB/DF nº 18.719), Antonio Sathler Garcia (OAB/DF nº 3.951), Israel Mendonça Souza (OAB/DF nº 672/A), Êtulo Ferreira de Sá (OAB/DF nº 12.227).

Classe III - AUDITORIAS, INSPEÇÕES E OUTRAS MATÉRIAS CONCERNENTES A FISCALIZAÇÃO

Relator, Ministro Benjamin Zymler

TC-003.995/2005-8
Natureza: Relatório de Monitoramento
Entidades: Conselhos Regionais no Estado do Piauí
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 22 de fevereiro de 2007
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Poder Judiciário

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL SECRETARIA-GERAL

DESPACHOS DO SECRETÁRIO-GERAL
Em 16 de fevereiro de 2007

PROCESSO Nº 2007160520

Esta Secretaria de Administração, considerando o contido no processo administrativo nº 2007160520, com fulcro no art. 25, inc. II, c/c o art. 13, inc. VI, da Lei 8.666/93, reconheceu a Inexigibilidade de licitação para contratar a consultora Olga Curado para ministrar o Workshop "Media Training para Assessores e Imprensa", por meio da empresa SANTAFÉ IDEIAS E COMUNICAÇÃO LTDA, sob o CNPJ/MF nº 37.998.358/0001-65, no valor de R\$ 12.432,00 (doze mil e quatrocentos e trinta e dois reais), no dia 26 de fevereiro de 2007.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2007

MARY ELLEN GLEASON GOMIDE MADRUGA
Secretária de Administração

Ratifico a Inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo em vista as justificativas apresentadas no processo em epígrafe, e por atender aos requisitos legais em vigor.

ALCIDES DINIZ DA SILVA

PROCESSO Nº 2007160805

Esta Secretaria de Administração, considerando o contido no processo administrativo nº 2007160805, com fulcro no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, reconheceu a Inexigibilidade de licitação para contratação do professor João Batista Lazzari, CPF/MF nº 443.396.900-15, para atualização de material didático e tutoria da 4ª edição do curso On Line - Introdução ao Direito, Estrutura e Competência da Justiça Federal, no período de março a maio de 2007, no valor de R\$ 8.367,30 (oito mil e trezentos e sessenta e sete reais e trinta centavos).

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2007

MARY ELLEN GLEASON GOMIDE MADRUGA
Secretária de Administração

Ratifico a Inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo em vista as justificativas apresentadas no processo em epígrafe, e por atender aos requisitos legais em vigor.

ALCIDES DINIZ DA SILVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 12 de fevereiro de 2007

Nos termos da proposição da Secretaria Geral, homologo o resultado do Pregão N. 163/2006, com adjudicação do objeto às empresas: Cavalheiro Materiais de Construção Ltda, itens 08, 09, 10, 11, 12 e 15 (R\$ 693,50); Estrutura Center Comércio de Materiais de Construção Ltda, item 17 (R\$ 210,00); Pisorama Pisos, Revestimentos e Decorações Ltda, item 05 (R\$ 33.500,00); Hidraluz Materiais Elétricos Ltda, itens 03, 14 e 18 (R\$ 761,20); H. F. Gondim Comércio de Couros e Ferramentas Ltda, item 02 (R\$ 468,50); R. C. Comércio de Tapetes Ltda EPP, item 04 (R\$ 15.800,00); EMBRAMAR - Empresa Brasileira de Materiais de Construção Ltda, itens 07, 13, 16, 19 e 20 (R\$ 2.446,30), na forma proposta pelo Pregoeiro na Ata N. 023/2007. Valor total: R\$ 53.879,50 (P.A. N. 13.351/2006).

Des. LÉCIO RESENDE DA SILVA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 22ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 15 de fevereiro de 2007

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 489/2006
Ante o exposto, com o fito de se evitar o fracionamento de despesas de idêntica natureza e considerando a imprescindibilidade de se realizar novo procedimento licitatório para aquisição de materiais de construção para o exercício de 2007, REVOGO o ato de dispensa, com adjudicação em favor da empresa CENTRO DE CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - J. MONTE CENTER.

Teresina, 12 de fevereiro de 2007

AYLA CRISTINA DE MELO GOMES
Diretora-Geral

Com base no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93, ratifico o ato de fl. 117, que revogou a dispensa de licitação e determino sua publicação.

Des. ARNALDO BOSON PAES

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 310, 16 DE FEVEREIRO DE 2007

Altera redação do item 23 do Manual de Procedimentos Administrativos para Registro e Inscrição dos Profissionais de Enfermagem.

O Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso de sua competência estabelecida pelo art. 2º, c.c. a Resolução COFEN-242/2000, em seu art. 13, incisos IV, V, XV, XVII e XLIX; Considerando o teor do acórdão nº 2147/2006 do TCU, de 14/11/2006, proferido nos autos do processo TC - 011.584/2005-7; Considerando o relatório do grupo de estudo sobre os critérios de confecção de cédulas de identidade profissional do Sistema COFEN/CORENs; Considerando a deliberação do Plenário em sua 344ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 15 e 16 de novembro de 2006, resolve: Art. 1º - Alterar a redação do Manual de Procedimentos Administrativos para Registro e Inscrição dos Profissionais de Enfermagem que, no item 23, das Disposições Gerais, que passa a ter o seguinte teor: (...) a) Papel filigrana, marca d'água com 94 a 110 grm/2, com impressão da Bandeira Nacional e fio metálico, contendo cápsula de segurança; b) (...); c) Papel contendo fundo invisível, reagente à luz ultravioleta; d) Deverá, no fundo invisível reagente à luz ultravioleta, estar inserida a expressão "COFEN/CORENs" com tinta reagente a hipocloreto de sódio e à luz ultravioleta, nas diversas cores, conforme o tipo de cédula; e) (...); f) (...); Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retificando a publicação no D.O.U. nº 29, Seção 1, de 09 de fevereiro de 2007, p. 108.

DULCE DIRCLAIR HUF BAIS
Presidente do Conselho

ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2007

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL, por seu Diretor-Presidente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960; CONSIDERANDO a inexistência de um Conselho da OMB no Estado do Acre, e havendo interesse dos governos estadual e municipal em investir, na formação profissional do músico através



CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

Filiado ao Conselho Internacional de Enfermeiros - Genebra

RESOLUÇÃO COFEN Nº. 310/2007

Altera redação do item 23 do Manual de Procedimentos Administrativos para Registro e Inscrição dos Profissionais de Enfermagem.

O Conselho Federal de Enfermagem - **COFEN**, no uso de sua competência estabelecida pelo art. 2º, c.c. a Resolução COFEN-242/2000, em seu art. 13, incisos IV, V, XV, XVII e XLIX;

CONSIDERANDO o teor do acórdão nº 2147/2006 do TCU, de 14/11/2006; proferido nos autos do processo TC – 011.584/2005-7;

CONSIDERANDO o relatório do grupo de estudo sobre os critérios de confecção de cédulas de identidade profissional do Sistema COFEN/CORENs;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em sua 344ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 15 e 16 de novembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a redação do Manual de Procedimentos Administrativos para Registro e Inscrição dos Profissionais de Enfermagem que, no item 23, das Disposições Gerais, que passa a ter o seguinte teor:

- (...)
- a) Papel filigrana, marca d'água com 94 a 110 grm/2, com impressão da Bandeira Nacional e fio metálico, contendo cápsula de segurança;
 - b) (...)
 - c) Papel contendo fundo invisível, reagente à luz ultravioleta;

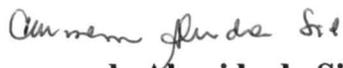
CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

- d) Deverá, no fundo invisível reagente à luz ultravioleta, estar inserida e expressão “COFEN/CORENs” com tinta reagente a hipocloreto de sódio e à luz ultravioleta, nas diversas cores, conforme o tipo de cédula;
- e) (...)
- f) (...)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retificando a publicação no D.O.U. nº 29, Seção 1, de 09 de fevereiro de 2007, p. 108.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro 2007.


Dulce Dirclair Huf Bais
COREN-MS nº 10.244
Presidente


Carmem de Almeida da Silva
COREN-SP nº 2.254
Primeira Secretária

.../sog

TÉCNICO JUDICIÁRIO	B	8	3.618,25
		7	3.502,76
		6	3.390,98
		5	3.250,75
		4	3.146,94
	A	3	3.046,48
		2	2.949,24
		1	2.855,13

ANEXO III

CARGOS EM COMISSÃO

CJ	VALOR INTEGRAL	OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO	
CJ-04	8.959,85		4.151,50
CJ-03	7.936,93		3.711,27
CJ-02	6.981,83		3.284,92

FUNÇÕES COMISSIONADAS

FC	VALOR INTEGRAL	OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO	
FC-5	3.434,43		1.736,00
FC-4	2.984,45		1.459,55
FC-3	2.121,65		1.103,17
FC-2	1.823,15		898,69
FC-1	1.567,95		723,89

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
24ª REGIÃO
DESPACHO DO PRESIDENTE
 Em 7 de fevereiro de 2007

Processo nº 4420/2006

Assunto: Contratação de instituição especializada para a confecção, para o fornecimento e para a leitura ótica dos cartões de resposta da 1ª fase do IX Concurso Público para Juiz do Trabalho Substituto do TRT/24ª Região.

Ratifico a dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93, para a contratação referente à prestação de serviços de confecção, fornecimento e a leitura ótica dos cartões de resposta da 1ª Fase (1ª e 2ª etapas) do IX Concurso Público para Juiz do Trabalho Substituto do TRT/24ª Região, junto a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - FAPEC, no valor total de R\$ 11.000,00 considerando-se publicado, nestes termos, o extrato de contrato respectivo (Contrato TRT/Nº 10/2007).

Des. RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA
 Em Exercício

Entidades de Fiscalização do Exercício
das Profissões Liberais
CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM
RESOLUÇÃO Nº 310, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007

Altera redação do item 23 do Manual de Procedimentos Administrativos para Registro e Inscrição dos Profissionais de Enfermagem.

O Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso de sua competência estabelecida pelo art. 2º, c.c. a Resolução COFEN-242/2000, em seu art. 13, incisos IV, V, XV, XVII e XLIX; CONSIDERANDO o teor do acórdão nº 2147/2006 do TCU, de 14/11/2006; proferido nos autos do processo TC - 011.584/2005-7; CONSIDERANDO o relatório do grupo de estudo sobre os critérios de confecção de cédulas de identidade profissional do Sistema COFEN/CORENs; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em sua 344ª Reunião Ordinária realizada nos dias 15 e 16 de novembro de 2006; RESOLVE: Art. 1º - Alterar a redação do Manual de Procedimentos Administrativos para Registro e Inscrição dos Profissionais de Enfermagem que, no item 23, das disposições gerais, passa a ter o seguinte teor: (...) a) Papel filigrana, marca d'água com 94 a 110 grm/2, nacional e fio metálico, contendo cápsula de segurança; b) (...) c) Papel contendo fundo invisível, reagente à luz ultravioleta; d) Deverá, no fundo invisível reagente à luz ultravioleta, estar inserida a expressão "COFEN/CORENs" com tinta reagente a hipocloreto de sódio e à luz ultravioleta, nas diversas cores, conforme o tipo de cédula; e) (...) f) (...) Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DULCE DIRCLAIR HUF BAIS
 Presidente do Conselho

CARMEM DE ALMEIDA DA SILVA
 Primeira Secretária

ACÓRDÃO COFEN Nº 19/2006

Parecer de Relator nº 038/2006; Processo Ético COFEN nº 020/2006; Origem: Processo Ético COREN-SP nº 021/2005; Conselho Relator: Milva de Melo Cavalcante Oliveira; Recorrido: COREN-SP; Recorrente: Auxiliar de Enfermagem Conceição Aparecida Martins Pereira COREN-SP nº 272999-AE. Vistos, relatados e dis-

cutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 020/2006, originário do COREN-SP, sob o nº 021/2005, o Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 345ª Reunião Ordinária de Plenário, ACORDA: 1- Rejeitar, por maioria de seus membros, o voto contido no parecer de conselheiro relator nº 038/2006, de autoria da Conselheira Milva de Melo Cavalcante Oliveira, referente ao Processo Ético COFEN nº 020/2006, que mantinha o teor da Decisão COREN-SP nº 043/2006, que aplica a penalidade de Censura à Auxiliar de Enfermagem Conceição Aparecida Martins Pereira - COREN-SP nº 272999, por infração aos artigos 21, 22, 23, 24 e 47 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 240/2000). Acorda ainda pelo voto da maioria dos conselheiros presentes, aplicar a penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 29 (VINTE E NOVE) DIAS, à Auxiliar de Enfermagem CONCEIÇÃO APARECIDA MARTINS PEREIRA, COREN-SP nº 272999-AE, por infração aos artigos 21, 22, 23, 24, e 47 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2006. Drª Dulce Dirclair Huf Bais - Presidente do COFEN; Dr. Manoel Carlos Néri da Silva - Conselheiro Relator.

CONSELHO FEDERAL DE PROFISSIONAIS DE
RELAÇÕES PÚBLICAS
ACÓRDÃO DE 12 DE MARÇO DE 2004

Acórdão proferido na 3ª Reunião Ordinária do CONFERP, realizada no dia 12 de março de 2004, em São Paulo. Presentes 04 Conselheiros. A Conselheira Terezinha Andrade Leal se absteve. Presidência: Conselheiro João Alberto Ianhez. Acórdão Nº 64-A - PA - 348/30/02 - Partes: Recorrente: Tempo Promoções e Eventos - Recorrido: CONRERP/2ª Região.- Recurso Provido. REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA - 1. A vinculação de registro no CONRERP, nos termos da legislação específica, é a atividade básica ou a natureza dos serviços prestados. 2. Da simples averiguação do objeto social da recorrente, é notória a não existência de atividade básica que se enquadre naquelas específicas ou privativas de Relações Públicas.

Acórdão de 10 de dezembro de 2004

Acórdão proferido na 6ª Reunião Ordinária do CONFERP, realizada no dia 10 de dezembro de 2004, em Brasília. Presentes 07 Conselheiros. Presidência: Conselheiro João Alberto Ianhez. ACÓRDÃO S/N DO PA-470/61/04: Votando sete Conselheiros, na 6ª Reunião Ordinária, o parecer foi aprovado na forma seguinte: 1. NOS TERMOS DOS VOTOS DO RELATOR: 1.1. Por unanimidade os votos de número 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 8º, 12, 13, e 14. 1.2 Por seis votos, vencido a Conselheira Andréia Athaydes, o voto de número 9º. 1.3. Por seis votos, vencido o Conselheiro Márcio Simeone, o número 10. 1.4. Por seis votos, o de número 14, com a abstenção do Conselheiro Márcio Simeone. 2. POR UNANIMIDADE DE VOTOS NOS TERMOS DE EMENDAS APRESENTADAS: 2.1. Pela Conselheira Andréia Athaydes, o 6º voto, assim redigido: - "A caracterização das áreas profissionais, nos termos do Parecer CNE/CES 436/01 não apontam, com segurança, o que vem a ser específico de Relações Públicas. Assim, que as Coordenadorias de Assuntos Educacionais - CAE, de Estudos de Relações Públicas - CERP, do Instituto de Pesquisa - CIP, e da CIAJL - Integração da América Latina, por seus Responsáveis, formem Grupo de Trabalho, coordenador pela CIP, encarregado de analisar a caracterização da área profissional de Comunicação Social, contida naquele parecer. Tal análise terá como escopo a definição de ementário específico para a área de Relações Públicas a ser apreciado pelo Plenário do CONFERP para possível apresentação à Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, com a solicitação de que seja alterada a parte relativa à área de Relações Públicas. O assunto deste voto está apontado no item 19 deste parecer". 2.2. Pelo Conselheiro Márcio Simeone, o voto de número 11, assim redigido: "No anteprojeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional seja incluída a possibilidade de se permitir o registro Profissional de Relações Públicas a pós-graduados, desde que se estabeleçam critérios e procedimentos para julgar o enquadramento no campo das Relações Públicas, em termos de grade curricular, no caso dos programas lato sensu, e em termos da fundamentação teórico-conceitual e do objeto da pesquisa, no que se refere aos programas strictu sensu".

ACÓRDÃOS DE 16 DE ABRIL DE 2005

Acórdãos proferidos na 9ª Reunião Ordinária do CONFERP, realizada no dia 16 de abril de 2005, em São Paulo. Presentes 05 Conselheiros. Presidência: Conselheiro João Alberto Ianhez. Proposta Orçamentária - Exercício de 2005 - 1ª Região: Acórdão 97/2005 - PA 488/12/05 - Aprovado por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, a CPTCP. Prestação de Contas - Exercício de 2004: Nos processos abaixo, as Prestações de Contas foram aprovadas, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, a CPTCP. No PA 481/05/05 o Presidente não votou. Acórdão 98/2005 - PA 481/05/05 - CONFERP - Regularidade Absoluta Acórdão 99/2005 - PA 482/06/05 - CONRERP/2ª - Regularidade Absoluta Acórdão 100/2005 - PA 483/07/05 - CONRERP/3ª - Regularidade Absoluta Acórdão 101/2005 - PA 484/08/05 - CONRERP/4ª - Regularidade com Ressalvas Acórdão 102/2005 - PA 485/09/05 - CONRERP/5ª - Regularidade com Ressalvas Acórdão 103/2005 - PA 486/10/05 - CONRERP/7ª - Regularidade Absoluta Acórdão 104/2005 - PA 487/11/05 - CONRERP/6ª - Regularidade Absoluta.

ACÓRDÃOS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2005

Acórdãos proferidos na 12ª Reunião Ordinária do CONFERP, realizada no dia 04 de dezembro de 2005, em São Paulo. Presentes 04 Conselheiros. Presidência: Conselheiro João Alberto Ianhez. Reformulação Orçamentária - Exercício de 2005 Nos processos abaixo, as Reformulações Orçamentárias foram aprovadas, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, a CPTCP. No PA 522/46/05 o Presidente não votou. Acórdão 105/2005 - PA 501/25/05 - CONRERP/6ª - 1ª Reformulação - Acórdão 106/2005 - PA 522/46/05 - CONFERP - 1ª Reformulação

Acórdão 107/2005 - PA 524/48/05 - CONRERP/6ª - 2ª Reformulação - Acórdão 105/2005 - PA 501/25/05 - CONRERP/6ª - 1ª Reformulação - Acórdão 106/2005 - PA 522/46/05 - CONFERP - 1ª Reformulação. Acórdão 107/2005 - PA 524/48/05 - CONRERP/6ª - 2ª Reformulação - Acórdão 108/1ª Reformulação - Proposta Orçamentária - Exercício de 2006 - Acórdão 108/2005 - PA 526/50/05 - CONRERP/4ª - 1ª Reformulação. Acórdão 109/2005 - PA 530/54/05 - CONRERP/3ª - 1ª Reformulação - Acórdão 110/2005 - PA 532/54/05 - CONRERP/7ª - 1ª Reformulação. Nos processos abaixo, as Propostas Orçamentárias foram aprovadas, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, a CPTCP. No PA 523/47/05 o Presidente não votou. Acórdão 111/2005 - PA 523/47/05 - CONFERP - Acórdão 112/2005 - PA 525/49/05 - CONRERP/6ª - Acórdão 113/2005 - PA 528/52/05 - CONRERP/5ª - Acórdão 114/2005 - PA 529/53/05 - CONRERP/3ª - Acórdão 115/2005 - PA 533/57/05 - CONRERP/7ª - Acórdão 116/2005 - PA 534/58/05 - CONRERP/2ª - Prestação de Contas - Exercício de 2004 - No processo abaixo, por unanimidade, foi aprovado o voto da Relatora, a CPTCP. O Presidente votou. - Acórdão 117/2006 - PA-492/16/05 - CONRERP/1ª - Regularidade com Ressalvas.

ACÓRDÃOS DE 28 DE ABRIL DE 2006

Acórdãos proferidos na 4ª Reunião Conjunta do CONFERP, realizada no dia 28 de abril de 2006, em Brasília. Presentes 06 Conselheiros. Presidência: Conselheiro João Alberto Ianhez. Solicitação de Anistia - Deferida - Nos processos abaixo, nos termos do voto do Relator, o Plenário aprovou, por unanimidade, o deferimento da solicitação do recorrente. Acórdão redigido nos seguintes termos: "Os autos apresentam documentos comprobatórios da situação financeira do recorrente e o Plenário do Conselho Regional de origem opinou favoravelmente ao pedido feito, a solicitação é deferida". Relatora: Tesoureira, Terezinha Andrade Leal Acórdão 118/2006 PA - Nº 490/14/05 Recorrente Virginia Helena Lemos Ruperti Recorrido CONRERP/4ª Acórdão 119/2006 PA - Nº 495/19/05 Recorrente Marcos Antônio César Barbosa Recorrido CONRERP/5ª Acórdão 120/2006 PA - Nº 496/20/05 Recorrente Tânia Beltrão Figueiredo CONRERP/5ª Acórdão 121/2006 PA - Nº 497/21/05 Recorrente Francisco José D'Aguiar Matos Guimarães Recorrido CONRERP/5ª Acórdão 122/2006 PA - Nº 498/22/05 Elza Albuquerque Lemos Recorrido CONRERP/4ª - Acórdão 123/2006 PA - Nº 499/23/05 Luiz Rotili Teixeira Recorrido CONRERP/4ª Acórdão 124/2006 PA - Nº 506/30/05 Recorrente Evandro Peçanha Couto Recorrido CONRERP/3ª Acórdão 125/2006 PA - Nº 507/31/05 - Recorrente Márcio Martins Lamego Recorrido CONRERP/3ª Acórdão 126/2006 PA - Nº 508/32/05 Recorrente Eliana Sabato Jeunon Recorrido CONRERP/3ª Acórdão 127/2006 PA - Nº 509/33/05 Recorrente Danielle Cristinne Cury Recorrido CONRERP/3ª Acórdão 128/2006 PA - Nº 510/34/05 Recorrente Poliana Duarte Braga e Bragança Recorrido CONRERP/3ª Acórdão 129/2006 PA - Nº 511/35/05 Sebastiana do Rosário Costa Recorrido Acórdão 130/2006 PA - Nº 514/38/05 Recorrente Cláudia Virginia de Castro Oliveira Recorrido CONRERP/3ª Acórdão 131/2006 PA - Nº 515/39/05 Recorrente Verônica Vasconcelos Lins Recorrido CONRERP/3ª - Acórdão 132/2006 PA - Nº 516/40/05 Recorrente Margareth Eustáquio Teixeira Recorrido CONRERP/3ª. Acórdão 133/2006 PA - Nº 548/13/06 Recorrente Camila Loureiro Barbosa Recorrido CONRERP/5ª Acórdão 136/2006 PA - Nº 489/13/05 Recorrente Maria de Fátima do Nascimento Recorrido CONRERP/5ª - Relator: Secretário-Geral, Jorge Eduardo de Araújo Caixeta Acórdão 134/2006 PA - Nº 513/37/05 Recorrente Mariza Stchker Pereira de Mello Recorrido CONRERP/2ª Acórdão 135/2006 PA - Nº 537/02/06 Recorrente Douglas Heleno Preto Recorrido CONRERP/2ª. Os autos apresentam documentos comprobatórios da situação financeira da requerente e pelo apontamento, referente ao Registro Profissional número 920, devidamente cancelado, que não mais poderá ser ativado. Caso a requerente queira retornar ao exercício profissional deverá apresentar novo pedido de registro, cumprindo com o disposto no RN 07/87, de 20 de dezembro de 1987. Relator: Tesoureira, Terezinha de Andrade Leal - Acórdão 137/2006 PA-Nº 517/05 Recorrente Regina de Fátima Soares Gomes - Recorrido CONRERP/2ª Relator foi o Secretário-Geral, Jorge Eduardo de Araújo Caixeta. Os autos apresentam documentos comprobatórios da situação financeira da requerente, que não obteve pronunciamento favorável de seu CONRERP quanto à solicitação feita. Há prova de que o tratamento dado pelo Conselho Regional fere os direitos do contribuinte, razão pela qual foi deferida a solicitação feita. Acórdão 138/2006 PA N 512/36/05 Recorrente Patrícia dos Santos Recorrido CONRERP/2ª Os autos apresentam documentos comprobatórios da situação financeira da requerente, que não obteve pronunciamento favorável de seu CONRERP quanto à solicitação feita. O Conselho Regional não se pronunciou sobre o fato. O CONFERP defere a solicitação feita e determina que o CONRERP/2ª: a) oficie à empresa Fontes Assessoria Empresarial Ltda para apresentar descrição das tarefas, funções e atividades desenvolvidas pelo ocupante do cargo de "assistente de diretoria"; b) analise a documentação apresentada e profira decisão à luz da RN 46/03; c) limite a análise do pedido de anistia pelo fiel cumprimento do disposto na IN 12/01. Acórdão 139/2006 PA - Nº 535/59/05 Recorrente Sheyla Tatiana Althoff Schuth



RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4711/05 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 59.629/03). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 06 de dezembro de 2006. ABDON JOSÉ MURAD NETO, Presidente da Sessão; RAFAEL DIAS MARQUES NOGUEIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 1077/06 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 82.398/05). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 06 de dezembro de 2006. LUIZ NÓDGI NOGUEIRA FILHO, Presidente da Sessão; LUIZ SALVADOR DE MIRANDA SÁ JÚNIOR, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8768/05 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 5649/03). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos em relação aos 1º e 2º Apelos e reformando a decisão a quo, determinando a instauração do competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor das 3ª e 4ª Apelas, a cargo do Conselho de origem, para apurar indícios de infração aos artigos 2º e 29 do Código de Ética Médica, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator ad hoc. Brasília, 07 de fevereiro de 2007. GERALDO LUIZ MOREIRA GUEDES, Presidente da Sessão; PEDRO PABLO MAGALHÃES CHACEL, Relator ad hoc.

ROBERTO LUIZ D'ÁVILA
Corregedor

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CFM nº 1.804, de 09 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 20.12.2006, Seção I, página 158/160 - onde se lê: Art 5º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação - leia-se Art 5º A presente resolução entra em vigor em seis meses a contar da data de sua publicação.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2007

Cria o Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Artigo 6º, alínea "m" da Lei 5766/71 e Artigo 2º, inciso XIII do seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO a necessidade de maior descentralização da gestão da entidade, proporcionando a mobilização e participação dos profissionais de cada unidade da federação;

CONSIDERANDO o que dispõe a Consolidação das Resoluções do CFP;

CONSIDERANDO a decisão tomada pelo I CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, que estabeleceu como meta a criação de uma entidade por estado da federação;

CONSIDERANDO decisão da Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras -APAF em reunião realizada nos dias 16 e 17 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO decisão do Plenário do Conselho resolve:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região, de sigla CRP-17, com jurisdição no estado do Rio Grande do Norte e sede na cidade de Natal.

Art. 2º - Em decorrência da criação do novo Conselho Regional, o Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região terá sua jurisdição modificada, ficando circunscrita ao estado da Paraíba.

Art. 3º - O novo Conselho Regional será instalado em setembro de 2007, quando da posse do seu primeiro Plenário, em dia a ser fixado pelo Conselho Federal de Psicologia em conjunto com o Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região.

§ 1º - Os conselheiros efetivos e suplentes que comporão o primeiro Plenário do CRP-17 serão eleitos pelos psicólogos residentes no estado do Rio Grande do Norte e inscritos no CRP-13, em pleito a ser realizado no dia 27 de agosto de 2007, quando ocorrerão eleições para as demais unidades da autarquia.

§ 2º - As eleições referidas no parágrafo anterior serão realizadas pelo Conselho Regional da 13ª Região, a quem caberá coordenar e custear todo o processo eleitoral e dar posse aos eleitos, de acordo com o cronograma e demais normas contidas no Regimento Eleitoral da autarquia, Resolução CFP Nº 002/00.

§ 3º - O número de conselheiros efetivos e suplentes do CRP-17 será determinado em função do que consta no Art. 5º da Consolidação das Resoluções do CFP, tomando-se como base o número de psicólogos atualmente residentes no estado do Rio Grande do Norte.

Art. 4º - Os psicólogos residentes no estado do Rio Grande do Norte, atualmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região, serão automaticamente transferidos para o CRP-17, na data de sua instalação.

Parágrafo Único - Em decorrência dessa transferência, os psicólogos deverão comparecer à Sede do novo Conselho Regional para proceder a troca da carteira profissional antiga pela nova, sem ônus, contendo o novo número de inscrição até 31-12-2007.

Art. 5º - A partir da edição desta Resolução até a posse do 1º Plenário do novo Conselho Regional, o Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região deverão adotar as providências necessárias para viabilizar a sua instalação, a serem definidas em planejamento realizado em conjunto com psicólogos residentes no estado do Rio Grande do Norte.

§ 1º - O planejamento referido no caput deste artigo deverá indicar as ações administrativas, os equipamentos e material de consumo, o cronograma de execução e o custo, que deverá ser enviado para aprovação do CFP

§ 2º - O custo da instalação, contidas no planejamento, será rateado em partes iguais entre o Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região e o Conselho Federal de Psicologia.

§ 3º - Os valores referidos no parágrafo anterior, serão administrados pelo CRP-13 até a posse no I Plenário.

Art. 6º - Após a instalação, o Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região transferirá para o CRP-17:

I - todos os bens móveis e imóveis já adquiridos e alocados na sede do novo Conselho Regional, bem como os que, embora ainda não adquiridos, constam no planejamento referido no artigo anterior;

II - o saldo, se positivo, da arrecadação do exercício de 2007, relativa aos psicólogos inscritos na nova jurisdição.

§ 1º - Considera-se saldo de arrecadação, a diferença entre o valor arrecadado referente a anuidade, taxas e multas e as despesas regulares realizadas com a manutenção e funcionamento da Seção do Rio Grande do Norte e que, portanto, não constam no planejamento a que se refere o artigo 5º.

§ 2º - O saldo, se negativo, não se constituirá débito do novo Conselho Regional.

Art. 7º - Uma vez empossado, o Plenário do CRP-17 deverá, imediatamente:

I - eleger a sua Diretoria;

II - elaborar o Regimento Interno do CRP-17 e encaminhá-lo ao Conselho Federal para aprovação;

III - elaborar a proposta orçamentária para o exercício de 2008, submetê-la à apreciação da Assembléia Geral e encaminhá-la ao CFP;

IV - adotar as providências referentes a inscrição no CNPJ e abertura de conta corrente;

V - Realizar processo seletivo para contratação de pessoal.

VI - cumprir as demais obrigações jurídico administrativas previstas pela legislação e pelas normas internas da autarquia, respeitando o cronograma já definido.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANA MERCÊS BAHIA BOCK
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO COFEN Nº 311/2007

Approva a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. O

Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso de sua competência estabelecida pelo art. 2º, c.c. a Resolução COFEN-242/2000, em seu art. 13, incisos IV, V, XV, XVII e XLIX; CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73, em seu artigo 8º, inciso III; CONSIDERANDO o resultado dos estudos originais de seminários realizados pelo COFEN com a participação dos diversos segmentos da profissão; CONSIDERANDO o que consta dos PADs COFEN nºs 83/91, 179/91, 45/92, 119/92 e 63/2002; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em sua 346ª ROP, realizada em 30, 31 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º - Fica aprovado o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem para aplicação na jurisdição de todos os Conselhos de Enfermagem.

Art. 2º - Todos os Profissionais de Enfermagem deverão conhecer o inteiro teor do presente Código, acessando o site www.portalcofen.gov.br; www.portalenfermagem.gov.br e requerê-lo no Conselho Regional de Enfermagem do Estado onde exercem suas atividades.

Art. 3º - Este Código aplica-se aos profissionais de Enfermagem e exercentes das atividades elementares de enfermagem.

Art. 4º - Este ato resolucional entrará em vigor a partir de 12 de maio de 2007, correspondendo a 90 (noventa) dias após sua publicação, revogando a Resolução COFEN nº 240/2000. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro 2007. Dulce Dirclair Huf Bais - COREN-MS nº 10.244 - Presidente. Carmem de Almeida da Silva - COREN- SP nº 2.254 - Primeira Secretária.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

PREÂMBULO

A Enfermagem compreende um componente próprio de conhecimentos científicos e técnicos, construído e reproduzido por um conjunto de práticas sociais, éticas e políticas que se processa pelo ensino, pesquisa e assistência. Realiza-se na prestação de serviços à pessoa, família e coletividade, no seu contexto e circunstâncias de vida.

O aprimoramento do comportamento ético do profissional passa pelo processo de construção de uma consciência individual e coletiva, pelo compromisso social e profissional configurado pela responsabilidade no plano das relações de trabalho com reflexos no campo científico e político.

A Enfermagem Brasileira, face às transformações sócio-culturais, científicas e legais, entendeu ter chegado o momento de reformular o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (CEPE).

A trajetória da reformulação, coordenada pelo Conselho Federal de Enfermagem com a participação dos Conselhos Regionais de Enfermagem, inclui discussões com a categoria de Enfermagem.

O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem está organizado por assunto e inclui princípios, direitos, responsabilidades, deveres e proibições pertinentes à conduta ética dos profissionais de Enfermagem.

O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem leva em consideração a necessidade e o direito de assistência em Enfermagem da população, os interesses do profissional e de sua organização. Está centrado na pessoa, família e coletividade e pressupõe que os trabalhadores de Enfermagem estejam aliados aos usuários na luta por uma assistência sem riscos e danos e acessível a toda população.

O presente Código teve como referência os postulados da Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pela Assembléia Geral das Nações Unidas (1948) e adotada pela Convenção de Genebra da Cruz Vermelha (1949), contidos no Código de Ética do Conselho Internacional de Enfermeiros (1953) e no Código de Ética da Associação Brasileira de Enfermagem (1975). Teve Como referência, ainda, o Código de Deontologia de Enfermagem do Conselho Federal de Enfermagem (1976), o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (1993) e as Normas Internacionais e Nacionais sobre Pesquisa em Seres Humanos [Declaração Helsinque (1964), revista em Tóquio (1975) e a Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde (1996)].

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

A Enfermagem é uma profissão comprometida com a saúde e qualidade de vida da pessoa, família e coletividade. O Profissional de Enfermagem atua na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais. O profissional de enfermagem participa, como integrante da equipe de saúde, das ações que visem satisfazer as necessidades de saúde da população e da defesa dos princípios das políticas públicas de saúde e ambientais, que garantam a universalidade de acesso aos serviços de saúde, integralidade da assistência, resolutividade, preservação da autonomia das pessoas, participação da comunidade, hierarquização e descentralização político-administrativa dos serviços de saúde. O Profissional de Enfermagem respeita a vida, a dignidade e os direitos humanos, em todas as suas dimensões. O Profissional de Enfermagem exerce suas atividades com competência para a promoção do ser humano na sua integralidade, de acordo com os princípios da ética e da bioética. O Profissional de Enfermagem exerce suas atividades com competência para a promoção da saúde do ser humano na sua integridade, de acordo com os princípios da ética e da bioética.

CAPÍTULO I

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS

DIREITOS

Art. 1º - Exercer a Enfermagem com liberdade, autonomia e ser tratado segundo os pressupostos e princípios legais, éticos e dos direitos humanos. Art. 2º - Aprimorar seus conhecimentos técnicos, científicos e culturais que dão sustentação a sua prática profissional.

Art. 3º - Apoiar as iniciativas que visem ao aprimoramento profissional e à defesa dos direitos e interesses da categoria e da sociedade.

Art. 4º - Obter desagravo público por ofensa que atinja a profissão, por meio do Conselho Regional de Enfermagem.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 5º - Exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade.

Art. 6º - Fundamentar suas relações no direito, na prudência, no respeito, na solidariedade e na diversidade de opinião e posição ideológica.

Art. 7º - Comunicar ao COREN, e aos órgãos competentes, fatos que infrinjam dispositivos legais e que possam prejudicar o exercício profissional.

PROIBIÇÕES

Art. 8º - Promover e ser conivente com a injúria calúnia e difamação de membro da Equipe de Enfermagem Equipe de Saúde e de trabalhadores de outras áreas, de organizações da categoria ou instituições.

Art. 9º - Praticar e/ou ser conivente com crime, contravenção penal ou qualquer outro ato, que infrinja postulados éticos e legais.

**SEÇÃO I
DAS RELAÇÕES COM A PESSOA, FAMÍLIA E
COLETIVIDADE****DIREITOS**

Art. 10 - Recusar-se a executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, família e coletividade.

Art. 11 - Ter acesso às informações, relacionadas à pessoa, família e coletividade, necessárias ao exercício profissional.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 12 - Assegurar à pessoa, família e coletividade assistência de Enfermagem livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência.

Art. 13 - Avaliar criteriosamente sua competência técnica, científica, ética e legal e somente aceitar encargos ou atribuições, quando capaz de desempenhar seguro para si e para outrem.

Art. 14 - Aprimorar os conhecimentos técnicos, científicos, éticos e culturais, em benefício da pessoa, família e coletividade e do desenvolvimento da profissão.

Art. 15 - Prestar Assistência de Enfermagem sem discriminação de qualquer natureza.

Art. 16 - Garantir a continuidade da Assistência de Enfermagem em condições que ofereçam segurança, mesmo em caso de suspensão das atividades profissionais decorrentes de movimentos reivindicatórios da categoria.

Art. 17 - Prestar adequadas informações à pessoa, família e coletividade a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca da Assistência de Enfermagem.

Art. 18 - Respeitar, reconhecer e realizar ações que garantam o direito da pessoa ou de seu representante legal, de tomar decisões sobre sua saúde, tratamento, conforto e bem estar.

Art. 19 - Respeitar o pudor, a privacidade e a intimidade do ser humano, em todo seu ciclo vital, inclusive nas situações de morte e pós-morte.

Art. 20 - Colaborar com a Equipe de Saúde no esclarecimento da pessoa, família e coletividade a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca de seu estado de saúde e tratamento.

Art. 21 - Proteger a pessoa, família e coletividade contra danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência por parte de qualquer membro da Equipe de Saúde.

Art. 22 - Disponibilizar seus serviços profissionais à comunidade em casos de emergência, epidemia e catástrofe, sem pleitear vantagens pessoais.

Art. 23 - Encaminhar a pessoa, família e coletividade aos serviços de defesa do cidadão, nos termos da lei.

Art. 24 - Respeitar no exercício da profissão, as normas relativas à preservação do meio ambiente e denunciar aos órgãos competentes as formas de poluição e deteriorização que comprometam a saúde e a vida.

Art. 25 - Registrar no Prontuário do Paciente as informações inerentes e indispensáveis ao processo de cuidar.

PROIBIÇÕES

Art. 26 - Negar Assistência de Enfermagem em qualquer situação que se caracterize como urgência ou emergência.

Art. 27 - Executar ou participar da assistência à saúde sem o consentimento da pessoa ou de seu representante legal, exceto em iminente risco de morte.

Art. 28 - Provocar aborto, ou cooperar em prática destinada a interromper a gestação.

Parágrafo único - Nos casos previstos em Lei, o profissional deverá decidir, de acordo com a sua consciência, sobre a sua participação ou não no ato abortivo.

Art. 29 - Promover a eutanásia ou participar em prática destinada a antecipar a morte do cliente.

Art. 30 - Administrar medicamentos sem conhecer a ação da droga e sem certificar-se da possibilidade dos riscos.

Art. 31 - Prescrever medicamentos e praticar ato cirúrgico, exceto nos casos previstos na legislação vigente em situação de emergência.

Art. 32 - Executar prescrições de qualquer natureza, que comprometam a segurança da pessoa.

Art. 33 - Prestar serviços que por sua natureza competem a outro profissional, exceto em caso de emergência.

Art. 34 - Provocar, cooperar, ser conivente ou omisso com qualquer forma de violência.

Art. 35 - Registrar informações parciais e inverídicas sobre a assistência prestada.

SEÇÃO II**DAS RELAÇÕES COM OS TRABALHADORES DE
ENFERMAGEM, SAÚDE E OUTROS****DIREITOS**

Art. 36 - Participar da prática profissional multi e interdisciplinar com responsabilidade, autonomia e liberdade.

Art. 37 - Recusar-se a executar prescrição medicamentosa e terapêutica, onde não conste a assinatura e o número de registro do profissional, exceto em situações de urgência e emergência.

Parágrafo único - O profissional de enfermagem poderá recusar-se a executar prescrição medicamentosa e terapêutica em caso de identificação de erro ou ilegitimidade.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 38 - Responsabilizar-se por falta cometida em suas atividades profissionais, independente de ter sido praticada individualmente ou em equipe.

Art. 39 - Participar da orientação sobre benefícios, riscos e conseqüências decorrentes de exames e de outros procedimentos, na condição de membro da equipe de saúde.

Art. 40 - Posicionar-se contra falta cometida durante o exercício profissional seja por imperícia, imprudência ou negligência.

Art. 41 - Prestar informações, escritas e verbais, completas e fidedignas necessárias para assegurar a continuidade da assistência.

PROIBIÇÕES

Art. 42 - Assinar as ações de Enfermagem que não executou, bem como permitir que suas ações sejam assinadas por outro profissional.

Art. 43 - Colaborar, direta ou indiretamente com outros profissionais de saúde, no descumprimento da legislação referente aos transplantes de órgãos, tecidos, esterilização, fecundação artificial e manipulação genética.

SEÇÃO III**DAS RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES DA
CATEGORIA****DIREITOS**

Art. 44 - Recorrer ao Conselho Regional de Enfermagem, quando impedido de cumprir o presente Código, a legislação do Exercício Profissional e as Resoluções e Decisões emanadas pelo Sistema COFEN/COREN.

Art. 45 - Associar-se, exercer cargos e participar de Entidades de Classe e Órgãos de Fiscalização do Exercício Profissional.

Art. 46 - Requerer em tempo hábil, informações acerca de normas e convocações.

Art. 47 - Requerer, ao Conselho Regional de Enfermagem, medidas cabíveis para obtenção de desagravo público em decorrência de ofensa sofrida no exercício profissional.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 48 - Cumprir e fazer os preceitos éticos e legais da profissão.

Art. 49 - Comunicar ao Conselho Regional de Enfermagem, fatos que firam preceitos do presente Código e da legislação do exercício profissional.

Art. 50 - Comunicar formalmente ao Conselho Regional de Enfermagem fatos que envolvam recusa ou demissão de cargo, função ou emprego, motivado pela necessidade do profissional em cumprir o presente Código e a legislação do exercício profissional.

Art. 51 - Cumprir, no prazo estabelecido, as determinações e convocações do Conselho Federal e Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 52 - Colaborar com a fiscalização de exercício profissional.

Art. 53 - Manter seus dados cadastrais atualizados, e regularizadas as suas obrigações financeiras com o Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 54 - Apurar o número e categoria de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem em assinatura, quando no exercício profissional.

Art. 55 - Facilitar e incentivar a participação dos profissionais de enfermagem no desempenho de atividades nas organizações da categoria.

PROIBIÇÕES

Art. 56 - Executar e determinar a execução de atos contrários ao Código de Ética e às demais normas que regulam o exercício da Enfermagem.

Art. 57 - Aceitar cargo, função ou emprego vago em decorrência de fatos que envolvam recusa ou demissão de cargo, função ou emprego motivado pela necessidade do profissional em cumprir o presente código e a legislação do exercício profissional.

Art. 58 - Realizar ou facilitar ações que causem prejuízo ao patrimônio ou comprometam a finalidade para a qual foram instituídas as organizações da categoria.

Art. 59 - Negar, omitir informações ou emitir falsas declarações sobre o exercício profissional quando solicitado pelo Conselho Regional de Enfermagem.

SEÇÃO IV**DAS RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES
EMPREGADORAS****DIREITOS**

Art. 60 - Participar de movimentos de defesa da dignidade profissional, do seu aprimoramento técnico-científico, do exercício da cidadania e das reivindicações por melhores condições de assistência, trabalho e remuneração.

Art. 61 - Suspender suas atividades, individual ou coletivamente, quando a instituição pública ou privada para a qual trabalhe não oferecer condições dignas para o exercício profissional ou que desrespeite a legislação do setor saúde, ressalvadas as situações de urgência e emergência, devendo comunicar imediatamente por escrito sua decisão ao Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 62 - Receber salários ou honorários compatíveis com o nível de formação, a jornada de trabalho, a complexidade das ações e responsabilidade pelo exercício profissional.

Art. 63 - Desenvolver suas atividades profissionais em condições de trabalho que promovam a própria segurança e a da pessoa, família e coletividade sob seus cuidados, e dispor de material e equipamentos de proteção individual e coletiva, segundo as normas vigentes.

Art. 64 - Recusar-se a desenvolver atividades profissionais na falta de material ou equipamentos de proteção individual e coletiva definidos na legislação específica.

Art. 65 - Formar e participar da comissão de ética da instituição pública ou privada onde trabalha, bem como de comissões interdisciplinares.

Art. 66 - Exercer cargos de direção, gestão e coordenação na área de seu exercício profissional e do setor saúde.

Art. 67 - Ser informado sobre as políticas da instituição e do Serviço de Enfermagem, bem como participar de sua elaboração.

Art. 68 - Registrar no prontuário e em outros documentos próprios da Enfermagem informações referentes ao processo de cuidar da pessoa.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 69 - Estimular, promover e criar condições para o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos profissionais de Enfermagem sob sua orientação e supervisão.

Art. 70 - Estimular, facilitar e promover o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, devidamente aprovadas nas instâncias deliberativas da instituição.

Art. 71 - Incentivar e criar condições para registrar as informações inerentes e indispensáveis ao processo de cuidar.

Art. 72 - Registrar as informações, inerentes e indispensáveis ao processo de cuidar de forma clara, objetiva e completa.

PROIBIÇÕES

Art. 73 - Trabalhar, colaborar ou acumpliciar-se com pessoas físicas ou jurídicas que desrespeitem princípios e normas que regulam o exercício profissional de Enfermagem.

Art. 74 - Pleitear cargo, função ou emprego ocupado por colega, utilizando-se de concorrência desleal.

Art. 75 - Permitir que seu nome conste no quadro de pessoal de hospital, casa de saúde, unidade sanitária, clínica, ambulatório, escola, curso, empresa ou estabelecimento congêneres sem nele exercer as funções de Enfermagem pressupostas.

Art. 76 - Receber vantagens de instituição, empresa, pessoa, família e coletividade, além do que lhe é devido, como forma de garantir Assistência de Enfermagem diferenciada ou benefícios de qualquer natureza para si ou para outrem.

Art. 77 - Usar de qualquer mecanismo de pressão ou suborno com pessoas físicas ou jurídicas para conseguir qualquer tipo de vantagem.

Art. 78 - Utilizar, de forma abusiva, o poder que lhe confere a posição ou cargo, para impor ordens, opiniões, atentar contra o pudor, assediar sexual ou moralmente, inferiorizar pessoas ou dificultar o exercício profissional.

Art. 79 - Apropriar-se de dinheiro, valor, bem móvel ou imóvel, público ou particular de que tenha posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou de outrem.

Art. 80 - Delegar suas atividades privativas a outro membro da equipe de Enfermagem ou de saúde, que não seja Enfermeiro.

CAPÍTULO II**DO SIGILO PROFISSIONAL****DIREITOS**

Art. 81 - Abster-se de revelar informações confidenciais de que tenha conhecimento em razão de seu exercício profissional a pessoas ou entidades que não estejam obrigadas ao sigilo.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 82 - Manter segredo sobre fato sigiloso de que tenha conhecimento em razão de sua atividade profissional, exceto casos previstos em lei, ordem judicial, ou com o consentimento escrito da pessoa envolvida ou de seu representante legal.

§ 1º Permanece o dever mesmo quando o fato seja de conhecimento público e em caso de falecimento da pessoa envolvida.

§ 2º Em atividade multiprofissional, o fato sigiloso poderá ser revelado quando necessário à prestação da assistência.

§ 3º O profissional de Enfermagem intimado como testemunha deverá comparecer perante a autoridade e, se for o caso, declarar seu impedimento de revelar o segredo.

§ 4º O segredo profissional referente ao menor de idade deverá ser mantido, mesmo quando a revelação seja solicitada por pais ou responsáveis, desde que o menor tenha capacidade de discernimento, exceto nos casos em que possa acarretar danos ou riscos ao mesmo.

Art. 83 - Orientar, na condição de Enfermeiro, a equipe sob sua responsabilidade sobre o dever do sigilo profissional.

PROIBIÇÕES

Art. 84 - Franquear o acesso a informações e documentos a pessoas que não estão diretamente envolvidas na prestação da assistência, exceto nos casos previstos na legislação vigente ou por ordem judicial.

Art. 85 - Divulgar ou fazer referência a casos, situações ou fatos de forma que os envolvidos possam ser identificados.

CAPÍTULO III**DO ENSINO, DA PESQUISA E DA PRODUÇÃO****TÉCNICO-CIENTÍFICA****DIREITOS**

Art. 86 - Realizar e participar de atividades de ensino e pesquisa, respeitadas as normas ético-legais.

Art. 87 - Ter conhecimento acerca do ensino e da pesquisa a serem desenvolvidos com as pessoas sob sua responsabilidade profissional ou em seu local de trabalho.

Art. 88 - Ter reconhecida sua autoria ou participação em produção técnico-científica.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 89 - Atender as normas vigentes para a pesquisa envolvendo seres humanos, segundo a especificidade da investigação.

Art. 90 - Interromper a pesquisa na presença de qualquer perigo à vida e à integridade da pessoa.



Art. 91 - Respeitar os princípios da honestidade e fidedignidade, bem como os direitos autorais no processo de pesquisa, especialmente na divulgação dos seus resultados.

Art. 92 - Disponibilizar os resultados de pesquisa à comunidade científica e sociedade em geral.

Art. 93 - Promover a defesa e o respeito aos princípios éticos e legais da profissão no ensino, na pesquisa e produções técnico-científicas.

PROIBIÇÕES

Art. 94 - Realizar ou participar de atividades de ensino e pesquisa, em que o direito inalienável da pessoa, família ou coletividade seja desrespeitado ou ofereça qualquer tipo de risco ou dano aos envolvidos.

Art. 95 - Eximir-se da responsabilidade por atividades executadas por alunos ou estagiários, na condição de docente, Enfermeiro responsável ou supervisor. Art. 96 - Sobrepor o interesse da ciência ao interesse e segurança da pessoa, família ou coletividade.

Art. 97 - Falsificar ou manipular resultados de pesquisa, bem como, usá-los para fins diferentes dos pré-determinados.

Art. 98 - Publicar trabalho com elementos que identifiquem o sujeito participante do estudo sem sua autorização.

Art. 99 - Divulgar ou publicar, em seu nome, produção técnico-científica ou instrumento de organização formal do qual não tenha participado ou omitir nomes de co-autores e colaboradores.

Art. 100 - Utilizar sem referência ao autor ou sem a sua autorização expressa, dados, informações, ou opiniões ainda não publicados.

Art. 101 - Apropriar-se ou utilizar produções técnico-científicas, das quais tenha participado como autor ou não, implantadas em serviços ou instituições sob concordância ou concessão do autor.

Art. 102 - Aproveitar-se de posição hierárquica para fazer constar seu nome como autor ou co-autor em obra técnico-científica.

CAPÍTULO IV DA PUBLICIDADE DIREITOS

Art. 103 - Utilizar-se de veículo de: comunicação para conceder entrevistas ou divulgar eventos e assuntos de sua competência, com finalidade educativa e de interesse social.

Art. 104 - Anunciar a prestação de serviços para os quais está habilitado.

RESPONSABILIDADES E DEVERES

Art. 105 - Resguardar os princípios da honestidade, veracidade e fidedignidade no conteúdo e na forma publicitária.

Art. 106 - Zelar pelos preceitos éticos e legais da profissão nas diferentes formas de divulgação.

PROIBIÇÕES

Art. 107 - Divulgar informação inverídica sobre assunto de sua área profissional.

Art. 108 - Inserir imagens ou informações que possam identificar pessoas e instituições sem sua prévia autorização. Art. 109 - Anunciar título ou qualificação que não possa comprovar.

Art. 110 - Omitir, em proveito próprio, referência a pessoas ou instituições.

Art. 111 - Anunciar a prestação de serviços gratuitos ou propor honorários que caracterizem concorrência desleal.

CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 112 - A caracterização das infrações éticas e disciplinares e a aplicação das respectivas penalidades regem-se por este Código, sem prejuízo das sanções previstas em outros dispositivos legais.

Art. 113 - Considera-se Infração Ética a ação, omissão ou convivência que implique em desobediência e/ou inobservância às disposições do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

Art. 114 - Considera-se infração disciplinar a inobservância das normas dos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem.

Art. 115 - Responde pela infração quem a cometer ou concorrer para a sua prática, ou dela obtiver benefício, quando cometida por outrem.

Art. 116 - A gravidade da infração é caracterizada por meio da análise dos fatos do dano e de suas consequências.

Art. 117 - A infração é apurada em processo instaurado e conduzido nos termos do Código de Processo Ético das Autarquias dos Profissionais de Enfermagem.

Art. 118 - As penalidades a serem impostas pelos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem, conforme o que determina o art. 18, da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, são as seguintes:

- I - Advertência verbal;
- II - Multa;
- III - Censura;
- IV - Suspensão do Exercício Profissional;
- V - Cassação do direito ao Exercício Profissional.

§ 1º - A advertência verbal consiste na admoestação ao infrator, de forma reservada, que será registrada no Prontuário do mesmo, na presença de duas testemunhas.

§ 2º - A multa consiste na obrigatoriedade de pagamento de 01 (um) a 10 (dez) vezes o valor da anuidade da categoria profissional à qual pertence o infrator, em vigor no ato do pagamento.

§ 3º - A censura consiste em repreensão que será divulgada nas publicações oficiais dos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem e em jornais de grande circulação.

§ 4º - A suspensão consiste na proibição do exercício profissional da Enfermagem por um período não superior a 29 (vinte e nove) dias e serão divulgados nas publicações oficiais dos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem, jornais de grande circulação e comunicada aos órgãos empregadores.

§ 5º - A cassação consiste na perda do direito ao exercício da Enfermagem e será divulgada nas publicações dos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem e em jornais de grande circulação.

Art. 119 - As penalidades, referentes à advertência verbal, multa, censura e suspensão do exercício profissional, são da alçada do Conselho Regional de Enfermagem, serão registradas no prontuário do profissional de Enfermagem; a pena de cassação do direito ao exercício profissional é de competência do Conselho Federal de Enfermagem, conforme o disposto no art. 18, parágrafo primeiro, da Lei nº 5.905/73. Parágrafo único - Na situação em que o processo tiver origem no Conselho Federal de Enfermagem, terá como instância superior a Assembléia dos Delegados Regionais.

Art. 120 - Para a graduação da penalidade e respectiva imposição consideram-se:

- I - A maior ou menor gravidade da infração;
- II - As circunstâncias agravantes e atenuantes da infração;
- III - O dano causado e suas consequências;
- IV - Os antecedentes do infrator.

Art. 121 - As infrações serão consideradas leves, graves ou gravíssimas, segundo a natureza do ato e a circunstância de cada caso.

§ 1º - São consideradas infrações leves as que ofendam a integridade física, mental ou moral de qualquer pessoa, sem causar debilidade ou aquelas que venham a difamar organizações da categoria ou instituições.

§ 2º - São consideradas infrações graves as que provoquem perigo de vida, debilidade temporária de membro, sentido ou função em qualquer pessoa ou as que causem danos patrimoniais ou financeiros.

§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas as que provoquem morte, deformidade permanente, perda ou inutilização de membro, sentido, função ou ainda, dano moral irreparável em qualquer pessoa.

Art. 122 - São consideradas circunstâncias atenuantes:

I - Ter o infrator procurado, logo após a infração, por sua espontânea vontade e com eficiência, evitar ou minorar as consequências do seu ato;

II - Ter bons antecedentes profissionais;

III - Realizar atos sob coação e/ou intimidação;

IV - Realizar ato sob emprego real de força física;

V - Ter confessado espontaneamente a autoria da infração.

Art. 123 - São consideradas circunstâncias agravantes:

I - Ser reincidente;

II - Causar danos irreparáveis; III - Cometer infração dolosamente;

IV - Cometer a infração por motivo fútil ou torpe;

V - Facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração;

VI - Aproveitar-se da fragilidade da vítima;

VII - Cometer a infração com abuso de autoridade ou violação do dever inerente ao cargo ou função;

VIII - Ter maus antecedentes profissionais.

CAPÍTULO VI DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 124 - As penalidades previstas neste Código somente poderão ser aplicadas, cumulativamente, quando houver infração a mais de um artigo.

Art. 125 - A pena de Advertência verbal é aplicável nos casos de infrações ao que está estabelecido nos artigos: 5º a 7º; 12 a 14; 16 a 24; 27; 30; 32; 34; 35; 38 a 40; 49 a 55; 57; 69 a 71; 74; 78; 82 a 85; 89 a 95; 89; 98 a 102; 105; 106; 108 a 111 Código.

Art. 126 - A pena de Multa é aplicável nos casos de infrações ao que está estabelecido nos artigos: 5º a 9º; 12; 13; 15; 16; 19; 24; 25; 26; 28 a 35; 38 a 43; 48 a 51; 53; 56 a 59; 72 a 80; 82; 84; 85; 90; 94; 96; 97 a 102; 105; 107; 108; 110; e 111 deste Código.

Art. 127 - A pena de Censura é aplicável nos casos de infrações ao que está estabelecido nos artigos: 8º; 12; 13; 15; 16; 25; 30 a 35; 41 a 43; 48; 51; 54; 56 a 59; 71 a 80; 82; 84; 85; 90; 91; 94 a 102; 105; 107 a 111 deste Código.

Art. 128 - A pena de Suspensão do Exercício Profissional é aplicável nos casos de infrações ao que está estabelecido nos artigos: 8º; 9º; 12; 15; 16; 25; 26; 28; 29; 31; 33 a 35; 41 a 43; 48; 56; 58; 59; 72; 73; 75 a 80; 82; 84; 85; 90; 94; 96 a 102; 105; 107 e 108 deste Código.

Art. 129 - A pena de Cassação do Direito ao Exercício Profissional é aplicável nos casos de infrações ao que está estabelecido nos artigos: 9º; 12; 26; 28; 29; 78 e 79 deste Código.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 130 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 131 - Este Código poderá ser alterado pelo Conselho Federal de Enfermagem, por iniciativa própria ou mediante proposta de Conselhos Regionais. Parágrafo único - A alteração referida deve ser precedida de ampla discussão com a categoria, coordenada pelos Conselhos Regionais.

Art. 132 - O presente Código entrará em vigor 90 dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2007.

DULCE DIRCLAIR HUF BAIS
Presidente do Conselho

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem
no tempo,
registrando a
informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DE, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61) 3441 9618